

Projeto que veta candidatura de “ficha suja” entra na pauta

Texto de Demostenes Torres agregou mais de 20 projetos de lei para impedir de disputar cargos eletivos condenados em primeira instância por lavagem de dinheiro, exploração sexual de crianças ou crimes hediondos

O projeto de lei que altera a chamada Lei das Inelegibilidades, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consta da pauta de votações prevista para amanhã, às

14h. O texto do senador Demostenes Torres reuniu vários projetos, entre eles o de Renan Calheiros (PLS 390/05), e determina regras mais rígidas e um leque maior de situações que podem impedir uma pessoa de disputar

eleições. Antes, porém, o Plenário deverá apreciar três medidas provisórias com prazo de votação vencido, como a que destinou recursos para o Ministério da Saúde combater a gripe suína. **3**



Adelmir Santana (na presidência, ao lado de Mozarildo Cavalcanti) e Cristovam Buarque (na tribuna) voltaram a tratar da crise no DF

José Cruz

Juristas ouvem sociedade sobre novo código

Comissão encarregada de propor novo Código de Processo Civil iniciou consultas em Belo Horizonte. **4**

Aposentadoria especial pode ser regulamentada

Chegam ao Congresso regras para concessão de aposentadoria especial a servidores públicos que trabalham em condições insalubres ou de risco. **3**



Valéria Queiroga

Ministro Luiz Fux (D) preside a comissão. No centro, Eduardo Azeredo

Congresso celebra centenário de nascimento de Tancredo

Senadores e deputados se reúnem nesta quarta-feira em sessão solene para re-

memorar a trajetória política do mineiro de São João del-Rei Tancredo Neves. **2**



Célio Azeredo

Proposta de intervenção no Distrito Federal é tema de discursos no Plenário. **3**

Tancredo Neves discursa na reunião do Colégio Eleitoral que o elegeu em 1985

Político mineiro foi eleito o primeiro presidente depois do regime militar. A escolha indireta realizou-se após a derrota da campanha Diretas Já. Com sua morte, assumiu o vice, José Sarney

Célio Azevedo



Tancredo com Risoleta, sua esposa, e Ulysses Guimarães, logo após ser eleito pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985

Congresso comemora centenário de Tancredo Neves

SESSÃO SOLENE DO Congresso Nacional marcará, nesta quarta-feira, o centenário de nascimento (4 de março de 1910) de Tancredo Neves. Na homenagem, que será realizada no Plenário do Senado, deputados e senadores lembrarão a trajetória política do mineiro de São João del-Rei, em especial sua participação no turbulento período que marcou o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do país.

Tancredo de Almeida Neves foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Na véspera de tomar posse, em 14 de março daquele ano, Tancredo foi internado em estado grave e o vice-

presidente, José Sarney, assumiu o cargo. Depois de ser submetido a sete cirurgias – duas realizadas em Brasília e outras cinco em São Paulo –, o político mineiro morreu na capital paulista, no dia 21 de abril de 1985.

A eleição indireta marcou o rompimento de quase 21 anos de regime militar no país, que teve início em 31 de março de 1964. A chapa de Tancredo e Sarney, denominada Aliança Democrática, foi formada após a derrota no Congresso da emenda Dante de Oliveira – que previa eleições diretas para presidente da República – em abril de 1984.

A doença de Tancredo foi tema polêmico mesmo depois de sua morte. Os diferentes diagnósticos

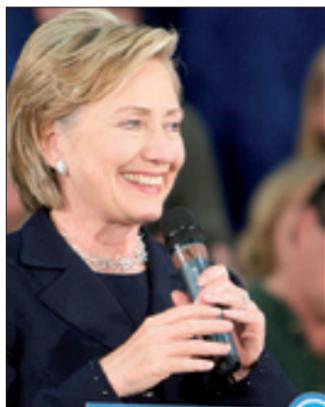
divulgados desde sua internação – apendicite, diverticulite e infecção hospitalar – foram, após sua morte, seguidos de especulações quanto à existência de um tumor benigno (leiomioma).

Essa falta de clareza nas informações se explica pela situação política da época – havia ainda o receio de que a doença de Tancredo Neves comprometes-se a transição para o regime democrático e levasse o país de volta ao controle dos militares. Segundo depoimento do governador de Minas Gerais, Aécio Neves – neto e então secretário particular de Tancredo –, temia-se que a verdade sobre a saúde de Tancredo impedisse a posse de José Sarney.

Hillary Clinton deve visitar Congresso nesta semana

A secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, deve visitar o Congresso nesta quarta-feira, durante sua passagem pelo Brasil. Até 5 de março, ela visitará diversos países da América Latina.

No Congresso, a secretária de Estado deve ser recebida pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, para conversar a respeito da importância e do papel do Legislativo. Já no encontro com o presidente Lula, Hillary deve tratar de temas como o programa nuclear do Irã e a aproximação do Brasil com aquele país.



Tracy Lee Carroll / NHPR

Viagem de secretária de Estado inclui Brasil e outros países da América Latina

Problemas relativos à área econômica também devem entrar na pauta, como medidas de retaliação comercial do Brasil contra os EUA, em razão dos subsídios concedidos por aquele país aos produtores de algodão.

Promulgado novo prazo de visto para os Estados Unidos

O presidente do Senado, José Sarney, que preside a Mesa do Congresso Nacional, promulgou sexta-feira o projeto de decreto legislativo (PDS 1034/09) que estende a validade dos vistos para viagens aos Estados Unidos, de cinco para dez anos. A partir da publicação do Decreto Legislativo 76/09 no Diário Oficial da União, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fica autorizado a ratificar o acordo internacional entre os dois países.

A ampliação valerá tanto para brasileiros quanto para norte-americanos que viajam para o Brasil. O período de dez anos valerá para os que viajam a turismo ou a negócios.

CI debate formação profissional no setor de infraestrutura

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) inicia hoje, a partir das 18h, o ciclo de audiências públicas Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. O primeiro painel abordará a "Formação e capacitação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura do país".

Além de um representante do Ministério da Educação, também participam do debate o secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, Joe Valle; o reitor da Universidade Castelo Branco (RJ), Paulo Alcantara Gomes; e o engenheiro e ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) Wilson Lang.

O ciclo de debates organizado pela CI tem por objetivo promover ampla discussão sobre a formação e a capacitação de mão de obra para setores ligados à infraestrutura do país.

Serão realizadas 14 audiências, entre 1º de março e 17 de junho deste ano, dentro da programação da Agenda Desafios 2009-2015.

Os próximos painéis, dos 14 agendados, vão tratar da política de formação e capacitação de recursos humanos diante da política de desenvolvimento produtivo (8 de março) e da formação e capacitação de profissionais da área de engenharia no Brasil (15 de março).

Ainda em março (22 e 29), a CI debate a formação e capacitação de recursos humanos para o mercado de petróleo e de etanol, incluindo as reservas do pré-sal.

Sempre focada na formação profissional, a comissão realizará no mês de abril painéis sobre os setores de prospecção e exploração mineral (12), Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas em 2016 (19), além de gás e área de petroquímica (26).



Agropecuária

Por causa do pré-sal, setor de petróleo precisa formar mais mão de obra

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão para debates

O Plenário realiza, a partir das 14h, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos.

Desafios da mão de obra para os próximos anos

Recursos Humanos para Inovação e Competitividade – Agenda 2009-2015 é o tema da série de 14 debates que a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) inicia hoje, a partir das 18h, sobre formação e capacitação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura do país. O ministro da Educação, Fernando Haddad, é um dos convidados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Cristovam Buarque • Mozarildo Cavalcanti • Adelmir Santana

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Condenados em primeira instância por lavagem de dinheiro, exploração sexual de crianças ou crimes hediondos seriam impedidos de concorrer

Projeto impede candidatura de “ficha suja”

REGRAS MAIS RÍGIDAS e um leque maior de situações que podem impedir uma pessoa de disputar cargos eletivos constam da pauta da sessão plenária de amanhã, às 14h. Porém, para votar o projeto (PLS 390/05), que altera a Lei das Inelegibilidades, os senadores precisam apreciar três medidas provisórias que têm prioridade na pauta.

O substitutivo elaborado pelo relator, Demostenes Torres (DEM-GO), e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) (veja à direita) determina que não poderão ser candidatos a cargos públicos os políticos condenados criminalmente, em primeira ou única instância, por exploração sexual de crianças e adolescentes, lavagem de dinheiro, prática de crimes hediondos ou crimes com pena máxima a partir de dez anos, assim como crimes contra a ordem econômica e tributária. Pelo texto, a inelegibilidade deve vigorar desde a condenação até quatro anos após o cumprimento da pena.

Ficam também inelegíveis, para as eleições que se realizarem no prazo de oito anos, os integrantes do Congresso Nacional, das assembleias legislativas



Demostenes Torres reuniu em um só texto mais de 20 projetos de lei

e das câmaras municipais que tenham perdido seus mandatos por infringir regras estabelecidas pela Constituição federal, pelas constituições estaduais e pelas leis orgânicas dos municípios e do Distrito Federal. O prazo de oito anos é contado a partir da data da perda do mandato.

Também não poderão ser eleitos os que tenham contra si representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão de primeira ou única instância, em processo por abuso do poder econômico ou político. Esse impedimento valerá para a eleição em que esses candidatos estão concorrendo

ou foram diplomados e também nas eleições que se realizarem até quatro anos seguintes após essa decisão.

Os que tiverem suas contas relativas ao uso de recursos públicos rejeitadas por dano ao erário, decorrente de gestão ilegítima ou antieconômica, ou ainda desvio de dinheiro, bens e valores públicos, ficam inelegíveis para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados da data da decisão sobre o assunto.

Também ficarão inelegíveis administradores públicos que se beneficiarem ou favorecerem outras pessoas pelo abuso de poder econômico ou político.

Combate à corrupção

Depois de publicada a decisão que declara a inelegibilidade do candidato, seu registro será negado ou cancelado, caso já tenha sido feito, e seu diploma será anulado, se já tiver sido expedido, conforme estabelece a proposição. Pela atual legislação, o candidato perde o registro e o diploma somente quando a decisão de inelegibilidade for transitada em julgado, ou seja, tenha passado por todos os recursos e da qual não se possa mais recorrer.

Outros casos de inelegibilidade previstos no substitutivo incluem os que forem condenados, em primeira ou única instância, por improbidade administrativa e conduta dolosa. Nesses casos, o impedimento para concorrer às eleições valerá desde a condenação até quatro anos após o trânsito em julgado.

Os políticos que já foram condenados pela Justiça Eleitoral, devido a captação ou gasto ilícito de recursos de campanha ou prática de conduta vedada a agentes públicos em campanha eleitoral, ficam inelegíveis pelo prazo de oito anos, a contar da realização da eleição na qual infringiram as regras.

O presidente da República, governadores, prefeitos e parlamentares federais, estaduais, distritais

e municipais que renunciarem aos mandatos após representação formal ou requerimento que provoque perda de mandato ficam também inelegíveis pelo prazo de oito anos, contados a partir do encerramento dos mandatos.

Apresentado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o PLS 390/05 serviu de base para a elaboração do substitutivo do relator, Demostenes Torres (DEM-GO). Outras 20 propostas que também tratavam da inelegibilidade tramitavam em conjunto.

MPs

O Plenário precisa votar três MPs antes de avaliar a proposta sobre inelegibilidades. A MP 469/09 transfere cerca de R\$ 2,1 bilhões ao Ministério da Saúde para enfrentar a gripe suína. O PLV 18/09, proveniente da MP 470/09, autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica Federal e de R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste. Finalmente, a MP 471/09 dá incentivo fiscal às montadoras de veículos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outro item obstrui a pauta: o PLC 280/09, do Poder Executivo, que exige formação de nível superior para professores da educação básica.

“Corrupção nunca mais”, propõe Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a criação do movimento “corrupção nunca mais”, nos moldes do Grupo Tortura Nunca Mais, criado nos anos 80 e ainda em atividade. Ele recomendou que o governador afastado de Brasília, José Roberto Arruda, participe do movimento escrevendo um livro no qual conte tudo o que sabe sobre a corrupção na política. Com isso, disse, poderá colocar Brasília na história do combate à corrupção no Brasil.

– Ele, hoje, está numa posição capaz de fazer isso e só tem a ganhar se fizer, em termos de respeito à opinião pública.

Pedro Simon (PMDB-RS), que deu seu apoio à criação do movimento, acrescentou que “talvez Deus esteja reservando a ele [Arruda] esse papel”.

Cristovam afirmou também que é preciso mudar o sistema eleitoral, atualmente uma “fábrica de corrupção”. Para ele, o sistema vigente favorece a corrupção, impelindo os políticos a aceitá-la, ao permitir, por exemplo, o financiamento de campanhas por empresários.

– É um equívoco acharmos que esse mal dos tempos seja apenas fruto da ação de



Movimento deve envolver a sociedade, diz senador indivíduos. Há um sistema que permite isso e a luta contra a corrupção exige uma revolução que mude o sistema – argumentou. O senador destacou a necessidade de o “corrupção nunca mais” envolver toda a sociedade, já que é comum as pessoas apresentarem comportamentos que não condizem com a ética.

Cristovam disse ainda que a passividade das autoridades cubanas permitiu que o preso político Orlando Zapata Tamayo morresse em decorrência de uma greve de fome que durou 85 dias.

Adelmir: sociedade é contra intervenção

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) afirmou que vários setores da sociedade civil de Brasília estão se posicionando contrariamente à intervenção da União no Distrito Federal, pedida ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Ele elogiou Cristovam Buarque (PDT-DF) por também se posicionar contra a medida.

Adelmir relatou que, em reunião no Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com trabalhadores, empresários, sindicatos e parlamentares, foi aprovado um manifesto contrário à intervenção. O senador disse ter observado o mesmo repúdio em reunião com dirigentes das federações do comércio, indústria, agricultura e transportes.

Ele classificou ainda de “inoportuno e precipitado” o debate, já que as instituições democráticas estão funcionando.

– Este é o momento para se respeitar as regras da Constituição e da Lei Orgânica do Distrito Federal. Violentá-las é um arbítrio que nos remete à guilhotina implacável da Revolução Francesa.

Adelmir voltou a repudiar os fatos divulgados e condenar a corrupção e a



Para Adelmir, “é hora de preservar as instituições”

impunidade, mas enfatizou que a crise não pode se sobrepor ao “arcabouço de instituições fortes” da capital.

– A hora não é de tentar um golpe, mas de preservar as instituições, assegurar o bem-estar da população, apurar as responsabilidades e punir os culpados.

O senador elogiou ainda o DEM, que “puniu exemplarmente os que transgrediram as regras de conduta partidária” e nomeou o senador Marco Maciel (DEM-PE) como interventor do diretório regional da legenda no DF.

Regulamentação da aposentadoria especial para servidores chega à Câmara

O Congresso poderá votar em breve dois projetos de lei complementar (PLPs) enviados pela Presidência da República que garantem aos servidores públicos a concessão de aposentadoria especial quando for constatado o trabalho em condições insalubres ou em situações de risco. As matérias serão examinadas e votadas na Câmara e, posteriormente, no Senado.

Ao conceder aposentadoria especial aos servidores públicos, os PLPs 554/10 e 555/10 os igualam, nesses mesmos direitos, aos trabalhadores do setor privado, regidos pelo Regime Geral da Previdência Social.

Os dois projetos regulamentam o artigo 40 da Constituição. Os ministros José Pimentel e Paulo Bernardo, respectivamente da Previdência Social e do Planejamento, Orçamento e Gestão, dizem, na exposição de motivos, que, devido à falta de regulamentação, os servidores que trabalham em atividades de risco deixam de receber amparo legal para se aposentar mais cedo, como ocorre com os demais trabalhadores.

O PLP 554/10 cita, como atividades de risco, as carreiras de policial, agente penitenciário e guarda carcerário. Já o PLP 555/10 estabelece que têm direito ao benefício os servidores que trabalham

em condições especiais, com prejuízo à saúde ou à integridade física, como a efetiva e permanente exposição a agentes físicos, químicos, biológicos ou à associação desses agentes. Esse fato deverá, ainda segundo o projeto, ser comprovado mediante documento que informe o histórico de trabalho do servidor, emitido por órgão competente no qual são desenvolvidas tais atividades.

Para a concessão de aposentadoria especial aos policiais, agentes penitenciários e guardas carcerários, o PLP 554/10 exige: 25 anos de efetivo exercício nessas atividades; cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; 30 anos

de tempo de contribuição; 55 anos de idade para os homens e 50 anos para as mulheres. Para os demais servidores, o PLP 555/10 determina que tenham dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Quanto ao valor das aposentadorias especiais, os dois projetos estabelecem os mesmos critérios da aposentadoria paga aos professores, previstos no artigo 40 da Constituição. Um desses critérios determina que o valor da aposentadoria não pode exceder a remuneração do servidor no momento da concessão do benefício.

José Cruz



Campanhas da Fraternidade dariam um programa de governo, diz Simon

Simon espera que propostas da CNBB se tornem realidade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou na sexta-feira a importância da Campanha da Fraternidade, promovida há 46 anos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e disse esperar que as mudanças sugeridas possam realmente se tornar realidade.

– Há que se ter, de fato, as mudanças propostas ao longo

de quase meio século para que elas sejam, realmente, da fraternidade – disse.

Para Simon, a reunião de todas as propostas das campanhas da Fraternidade resultaria no melhor de todos os programas de governo.

O lema da campanha deste ano – “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” – não prega a revogação das leis de

mercado, mas busca mostrar que o dinheiro e o consumo não podem ser os comandantes supremos das decisões dos indivíduos e dos governos.

Reforma política

Simon também voltou a defender a instalação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva para promover a reforma política.

Enquanto isso não se concretiza, ele alertou para a necessidade de implantação urgente do financiamento público de campanha como forma de tornar verdadeiramente legítima a representação política.

É também urgente, na opinião de Simon, a exigência de ficha limpa para aqueles que pretendem ser representantes políticos.

Iniciada coleta de sugestões para novo código

Comissão de juristas começou as consultas por Minas Gerais e depois irá ao Amazonas, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul

A COMISSÃO DE juristas encarregada pelo Senado de elaborar o anteprojeto de um novo Código de Processo Civil (CPC) iniciou, em Belo Horizonte, uma série de audiências públicas para reunir, ao longo de 60 dias, ideias capazes de apressar a prestação de justiça à população e de diminuir a infinidade de recursos que atrasam a ação do Judiciário.

O primeiro debate, realizado na sexta-feira, reuniu o presidente da comissão, ministro Luiz Fux, o desembargador Elpídio Donizetti Nunes, o professor José Miguel García Medina, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (seção Minas Gerais), Luís Cláudio da Silva Chaves.

Azeredo disse que é natural esse movimento de revisão dos



Comissão especial de juristas dedicada à reforma do Código de Processo Civil reuniu-se no Tribunal de Justiça de Minas Gerais

códigos, uma vez que a redemocratização do país data de pouco mais de 20 anos. Nesse cenário, as demandas da cidadania se refletirão nas normas mais recentes, que pouco a pouco estão sendo inseridas no

ordenamento jurídico. Atualmente, o Senado discute, além do novo CPC, um novo Código de Processo Penal.

De acordo com Fux, os princípios que inspiraram o trabalho da comissão foram a construção

de um texto que privilegie a simplicidade da linguagem e da ação processual, a celeridade do processo e a efetividade do resultado da ação, além do estímulo à inovação e à modernização de procedimentos.

Nessa fase das atividades da comissão, segundo ele, a coleta de sugestões assegura que o trabalho que está sendo desenvolvido tenha um caráter participativo e democrático e que possa ser conhecido pelo maior número de pessoas.

A escolha de Minas Gerais para o início dos debates, em sua opinião, é bastante significativa, uma vez que o processo eletrônico – que o grupo de juristas pretende fortalecer no novo código – já está em pleno funcionamento nas 295 comarcas do estado, tornando a Justiça mais ágil e segura para mais de 20 milhões de pessoas.

Depois de Minas Gerais, a comissão de juristas realizará audiências públicas nos estados do Amazonas, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Lançado novo cadastro de desaparecidos

O Ministério da Justiça e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançaram na sexta-feira o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que visa auxiliar o acompanhamento e a investigação de desaparecimentos, por meio da consulta à sua base de dados.

O assunto foi tema do *Especial Cidadania* veiculado na última terça-feira no **Jornal do Senado** (leia a íntegra em www.senado.gov.br/jornal).

Com essa iniciativa, o governo federal atende à Lei 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. A diferença é que o novo cadastro inclui também adultos.

Participou da cerimônia a deputada Bel Mesquita (PMDB-PA), autora do projeto que deu origem à Lei 12.127 e presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Câmara sobre desaparecimento de crianças e adolescentes.



Reinaldo Las Casaz, coordenador da rede que vai gerenciar o cadastro, discursa no lançamento

Serys destaca avanço de obras de infraestrutura em MT

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) manifestou sua satisfação com o avanço das obras do governo federal em seu estado, nas áreas de construção de moradias e de estradas e ferrovias. Ela agradeceu e elogiou, em particular, o empenho da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em apoiar a liberação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para esses projetos de infraestrutura em Mato Grosso.

Segundo informações da senadora, a maioria das cidades de Mato Grosso está sendo beneficiada com construções no setor de saneamento básico e de habitação, as quais, frisou ela, são fundamentais para assegurar a saúde da população. Ela ressaltou o sucesso do programa Minha Casa, Minha Vida, que irá beneficiar famílias nas cidades de Cáceres, Tangará da Serra, Várzea



Maioria das cidades está sendo beneficiada com obras de saneamento e habitação, afirma Serys

Grande e Sorriso.

Quanto aos empreendimentos viários, a senadora contou que é grande a expectativa na região com as obras da Ferrovia Vicente Vuolo, que chegará até Cuiabá. Serys lembrou que essas ações vão gerar empregos, renda e melhor qualidade de vida para os habitantes de Mato Grosso.

Famílias excluídas de reserva vão à Justiça, informa Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) revelou que a associação que representa famílias excluídas da área da reserva indígena Raposa Serra do Sol vai recorrer à Justiça para tentar reverter a decisão. O registro foi feito pelo senador quando falou sobre o lançamento do livro do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) intitulado *Raposa Serra do Sol – o índio e a questão nacional*. O senador endossou a preocupação do autor com riscos à soberania nacional decorrentes da expansão das reservas e da doutrina de que os índios são povos com identidade distinta.

No caso da Raposa Serra do Sol, Mozarildo disse que diversos setores “passaram o trator” sobre o Supremo Tribunal Federal (STF) para que fosse ratificada a demarcação de forma contínua, defendida pelo governo. Ele citou a Universidade de São Paulo (USP), a Confederação Nacional dos



Mozarildo: diversos setores “passaram o trator” sobre o Supremo para a demarcação contínua

Bispos do Brasil e o Vaticano. Conforme frisou, a questão foi apresentada como “um conflito entre índios e meia dúzia de arroteiros invasores”, sem considerar as famílias originárias do Nordeste, na área há mais de 40 anos. Nem mesmo entre os índios, de diferentes etnias, disse, havia consenso sobre a demarcação e a saída dos demais ocupantes.